



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022. (Deputado Ney Leprevost)

Cria o Programa Nacional de
Promoção à Saúde Mental nas
Escolas – PRONASAME.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Promoção à Saúde Mental nas Escolas – PRONASAME, com a finalidade de desenvolvimento de ações que visem a promoção de cuidados à saúde mental de crianças, adolescentes e jovens em ambiente escolar.

§ 1º A atenção à saúde mental engloba para os fins desta Lei, a promoção da conscientização sobre aspectos vinculados à saúde mental, o encaminhamento a médicos e psicólogos para diagnósticos e o atendimento psicológico e assistencial, dentre outras ações que busquem promover os cuidados necessários para a qualidade de vida das crianças, adolescentes e jovens.

§ 2º Considera-se crianças, para os fins desta lei, a pessoa com idade entre zero e doze anos incompletos, nos termos da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º Considera-se adolescente, para os fins desta lei, a pessoa com idade entre doze e dezoito anos, nos termos da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 4º Considera-se jovem, para fins desta lei, a pessoa com idade entre quinze e vinte e nove anos, nos termos da Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 5º Considera-se saúde mental, para os fins desta lei, o estado de bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com as situações estressantes que ocorrem ao longo da vida, estuda de forma produtiva e encontra-se apto a contribuir com o grupo social.

Art. 2º O Programa Nacional de Promoção da Saúde Mental nas Escolas – PRONASAME tem como objetivos:

I – promover a atenção e o cuidado para com a saúde mental de crianças, adolescentes e jovens;

II – promover a intersectorialidade entre os serviços educacionais, de saúde, de assistência social e justiça para a garantia da atenção psicossocial das crianças, adolescentes e jovens;

III – informar e sensibilizar a toda a comunidade escolar quanto à importância de cuidados referentes a saúde mental;

IV – promover a formação continuada dos profissionais e gestores da área da educação, visando prepará-los para atuarem em casos e ações que envolvam a saúde mental de crianças, adolescentes e jovens nas escolas;

V – promover a escola como espaço para a veiculação de informações cientificamente verificadas e de esclarecimento sobre informações incorretas no que se refere ao tema saúde mental;

VI - combater qualquer ação ou atitude no ambiente escolar que possa vir a prejudicar a saúde mental de crianças, adolescentes e jovens, a exemplo de práticas preconceituosas e discriminatórias, de negligência, de bullying, de incentivo a automutilação e ao suicídio, ou de qualquer tipo de violência física, sexual, institucional ou psicológica, entre outras;

VII – promover a integração da comunidade escolar com a rede de atenção psicossocial, a rede de atenção à saúde básica e a rede de proteção aos direitos das crianças e adolescentes;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

VIII – a detecção precoce de sinais que demandam atenção à saúde mental das crianças, adolescentes e jovens com o respectivo acompanhamento especializado;

IX - difundir informações e produzir esclarecimentos sobre o tema prevenindo comportamentos de risco;

X – Construir protocolos intersetoriais de atendimento a casos de atenção à saúde mental identificados a partir do ambiente escolar;

Art. 3º São deveres das escolas no tocante à saúde mental de crianças, adolescentes e jovens:

I - Informar aos pais e/ou responsáveis legais imediatamente quanto os profissionais pedagógicos e/ou funcionários da escola observarem mudanças bruscas e/ou significativas no comportamento da criança, do adolescente e do jovem;

II - Quando os profissionais pedagógicos e/ou funcionários da escola identificarem sinais de agressão física, a exemplo de marcas e hematomas, estes deverão comunicar à direção da escola a qual tem o dever de comunicar formalmente o fato ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar local para averiguação;

III - Aplicar medidas disciplinares contra qualquer pessoa que no ambiente escolar praticar qualquer ação que possa vir a prejudicar a saúde mental de crianças, adolescentes e jovens, a exemplo de práticas preconceituosas e discriminatórias, de negligência, de bullying, de incentivo a automutilação e ao suicídio, ou de qualquer tipo de violência física, sexual, institucional ou psicológica, entre outras.

Art. 4º O Poder Executivo elaborará anualmente o Plano de Trabalho Nacional do PRONASAME, contendo ações de diretrizes nacionais às escolas com vistas à aplicação desta Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 10/06/2022 15:22 - Mesa

PL n.1596/2022

Parágrafo único. As escolas poderão complementar o plano de trabalho nacional com outras ações não previstas e de acordo com o diagnóstico da necessidade e realidade do ambiente territorial em que estão inseridas.

Art. 5º As ações do PRONASAME serão constituídas por princípios, diretrizes, objetivos, metas, ações e protocolos de prevenção e promoção da Saúde Mental nas escolas, de maneira interinstitucional e intersetorial, englobando a área da educação com áreas como saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte, segurança pública e justiça e outras conforme necessidade do território onde a escola está inserida.

Art. 6º As ações do PRONASAME devem buscar a articulação com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, da Política Nacional de Atenção Básica e com as ações do Programa Saúde na Escola - PSE.

Art. 7º A execução das ações do PRONASAME poderá realizar-se mediante a celebração de parcerias público-privadas com organizações sociais de atendimento psicológico.

Art. 8º É direito de todas as crianças, adolescentes e jovens em âmbito escolar, a assistência psicossocial quando necessitarem de atenção à saúde mental.

Art. 9º A União deverá prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como os Estados aos seus municípios para o desenvolvimento e implementação do Programa Nacional de Promoção à Saúde Mental nas Escolas - PRONASAME, exercendo sua função redistributiva e supletiva.

Parágrafo único. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso às ações de promoção, prevenção, tratamento e recuperação da saúde mental nas escolas e garantir um padrão mínimo de qualidade do PRONASAME.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 10 O Poder executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, visando conferir plena eficácia e aplicabilidade.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta cria o Programa Nacional de Promoção a Saúde Mental nas Escolas – PRONASAME com a finalidade de desenvolvimento de ações, inclusive em caráter preventivo, que visem a promoção de cuidados à saúde mental de crianças, adolescentes e jovens, no âmbito escolar e advém necessidade atual de ajudar pais, alunos e professores superarem os preconceitos que envolvem a saúde mental, incentivando a discussão do tema com naturalidade e empatia no ambiente escolar. E soma-se as esforços desta casa em legislar sobre o tema em consonância com o disposto no Projeto de Lei 3383/21, do Senado, institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, do Projeto de Lei 542/2021, do Senado, que institui uma semana dedicada à saúde mental nas escolas de educação básica e superior, tanto públicas como privadas e do Projeto de Lei 760/2022, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre incentivos fiscais destinados a promover o apoio à saúde mental de jovens e adolescentes.

Uma pesquisa da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (SP), realizada no ano de 2014, demonstra que a taxa de transtornos mentais na infância varia de 7% a 20%, conforme a região investigada e a exposição a fatores de risco. Motivo mais que necessário para mobilizar o ambiente escolar em torno do tema, considerando que a escola é o ambiente onde a criança, o adolescente e o jovem passam a maior parte do seu tempo e é neste ambiente que irão manifestar sinais.

Desconstruir estigmas em torno da atenção a saúde mental, aprender a lidar como o tema de maneira mais aberta e com informações mais assertivas para que as crianças, adolescentes e jovens saibam pedir ajuda,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

bem como os profissionais da área da educação saibam identificar sinais e dar o encaminhamento adequado, e tendo em vista a delicadeza do tema que exige ações continuadas e articuladas durante tempo integral faz se a necessidade de um programa permanente no ambiente escolar, sendo de poucas eficácia as ações pontuais e descontinuadas.

Ademais é fato notório entre os especialistas na área educacional que o histórico familiar e a vida dos alunos interferem na aprendizagem, sendo essencial a soma de esforços entre a família, a escola e rede de atenção a saúde em prol da promoção dos cuidados com a saúde mental das crianças, adolescentes e jovens.

Diante da importância do tema, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 07 de junho de 2022.

Deputado **FELIPE FRANCISCHINI**
(União/PR)

Deputado **NEY LEPREVOST**
(União/PR)

